



TENENTE-CORONEL BRUM

Adjunto da Divisão de Adestramento e Prontidão da Chefia do Preparo da Força Terrestre do COTER.

CICLO DE PLANEJAMENTO - CONDUÇÃO E AVALIAÇÃO DE EXERCÍCIOS (CPCAE) - METODOLOGIA APLICADA À FORÇA TERRESTRE

O presente artigo complementa estudo anterior intitulado *Joint Event Life Cycle – Método de Planejamento de Exercícios do Exército Norte-Americano*¹, no qual foi analisada a metodologia *Joint Event Life Cycle* (JELC) e sua aplicabilidade ao contexto brasileiro. Ao final daquele trabalho, destacou-se a necessidade de consolidar, no âmbito do Exército Brasileiro, um processo nacional de planejamento de exercícios inspirado em modelos consagrados e amplamente utilizados por exércitos de nações parceiras. O Ciclo de Planejamento, Condução e Avaliação de Exercícios (CPCAE) surge, portanto, como o desdobramento natural dessa conclusão, sendo a tradução, em linguagem e em estrutura nacionais, dos princípios de padronização e de integração que caracterizam os métodos modernos de preparo das Forças Armadas internacionalmente.

A elevação do nível de complexidade dos exercícios conduzidos pela Força Terrestre (F Ter), como o Exercício CORE², o Exercício Perseu³, e, mais recentemente, o Exercício Conjunto Atlas⁴, tornou evidente a necessidade de um método uniforme de planejamento, capaz de integrar diferentes escalões, funções de combate, apoio logístico, financeiro e administrativo, assegurando coerência e confiabilidade entre planejamento, execução e avaliação. A magnitude dessas atividades, que envolvem interoperabilidade combinada e conjunta,

bem como grande articulação interna à F Ter, exige que o Exército disponha de uma estrutura metodológica única, alinhada a processos de planejamento amplamente reconhecidos no ambiente internacional e adaptável às peculiaridades nacionais, com potencial de difusão futura às demais Forças Singulares.

Desenvolvido sob a coordenação do Comando de Operações Terrestres (COTER), o CPCAE está sendo formalmente instituído por meio de um Caderno de Instrução, que consolida sua metodologia, padroniza os procedimentos de coordenação e estabelece um marco normativo para os exercícios da F Ter. O documento sistematiza um processo contínuo e progressivo, que organiza as atividades de adestramento em etapas lógicas e interdependentes, promovendo integração vertical e horizontal no planejamento e condução dos exercícios. Essa padronização confere previsibilidade e previne lacunas em áreas críticas do planejamento, garantindo a eficiência ao ciclo de preparação e execução das atividades de grande vulto, otimizando o emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Assim, o presente artigo tem por finalidade apresentar o CPCAE, processo que representa não apenas a institucionalização de um método, mas o início da consolidação de uma cultura de desenvolvimento de exercícios baseada em processos, o que garante eficiência, continuidade e interoperabilidade. Este trabalho busca demonstrar que, alinhado a práticas amplamente reconhecidas no meio militar internacional, o ciclo brasileiro materializa a busca por um modelo próprio de excelência, um sistema padronizado, coerente e replicável, capaz de orientar o adestramento da F Ter e, futuramente, servir de referência ao conjunto das Forças Armadas brasileiras.

FASES DO CICLO DE PLANEJAMENTO, CONDUÇÃO E AVALIAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O CPCAE divide-se em cinco fases sequenciais — Conceito, Planejamento,

¹Artigo publicado na Revista Doutrina Militar Terrestre, v. 13 nº 42, abril a junho de 2025.

²Acrônimo para *Combined Operation and Rotation Exercise*: exercício de rotação combinado Brasil-Estados Unidos, alternando edições anuais, com revezamento de sede entre os dois países.

³Exercício Conjunto de grande vulto, sob coordenação do Exército, ocorrido no Comando Militar do Sudeste em 2024.

⁴Exercício Conjunto de grande vulto, sob coordenação do Ministério da Defesa, precedido de relevante concentração estratégica foi realizado, na sua maior parte, no Comando Militar da Amazônia em 2025.

Preparação, Execução e Avaliação — além de uma atividade transversal, denominada Acompanhamento, que perpassa todas as demais etapas. Cada fase possui objetivos, atividades e produtos definidos, de modo a assegurar coerência, replicabilidade e integração entre as diferentes áreas e níveis de planejamento.

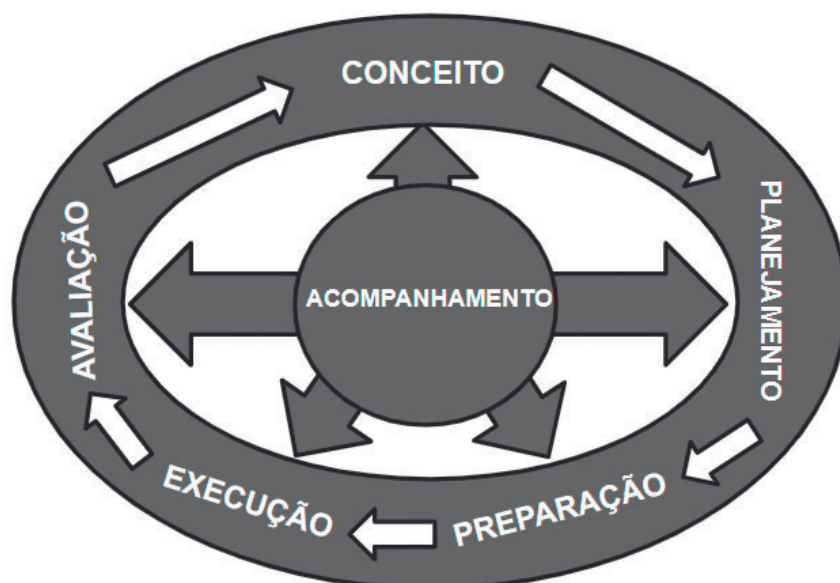
“A EPO atua como núcleo integrador do ciclo, assegurando coordenação e sinergia entre escalões e áreas funcionais.”

Conceito: esta fase é dedicada ao estabelecimento dos elementos básicos do exercício, fundamentados em programas de instrução, planos de adestramento e diretrizes específicas do COTER. Durante essa etapa, são elaboradas as especificações iniciais do exercício, tais como escopo, tipo de simulação, efetivo participante, local e período de execução, que serão posteriormente detalhadas na fase de planejamento. Caso os objetivos de adestramento não estejam previamente definidos, realiza-se uma **Reunião de Definição de Objetivos (RDO)**, na qual esses são formulados e alinhados às diretrizes dos escalões superiores. A principal atividade dessa fase é a **Reunião de Desenvolvimento de Conceito (RDC)**, ocasião em que são confirmados os objetivos da atividade, tipos de operação a

serem conduzidas, locais do exercício, entre outros aspectos conceituais. É, também, nessa fase que se estabelece a constituição inicial da **Equipe de Planejamento Operacional (EPO)**, responsável por conduzir todas as etapas subsequentes do ciclo.

Planejamento: nesta fase, os conceitos definidos anteriormente são detalhados, os eventos-chave são definidos e os planos e ordens relacionados à atividade são elaborados. A EPO divide-se em **Grupos de Trabalho (GT)** temáticos, que abrangem todos os aspectos operacionais, logísticos e administrativos do exercício. São realizadas reuniões específicas, entre as quais se destacam a **Reunião Inicial de Planejamento (RIP)**, a **Reunião Principal de Planejamento (RPP)**, a **Reunião de Sincronização de Cenário (RSC)** e os reconhecimentos de locais de execução. Além das reuniões obrigatórias, podem ser realizadas conferências específicas, como as de Apoio Aéreo, Movimentos Logísticos, Concentração Estratégica, Simulações Construtivas, Defesa Química Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) ou Guerra Cibernética. Ao término da RPP, considera-se o planejamento concluído, não devendo haver mudanças significativas, como inclusão de novas tropas ou alteração de locais, sem justificativa devidamente apreciada pelo escalão superior.

Fig 1 - Ciclo de Planejamento, Condução e Avaliação de Exercícios



Fonte: Divisão de Adestramento e Prontidão (DAP)/Chefia do Preparo da Força Terrestre (Ch Prep F Ter)/COTER.

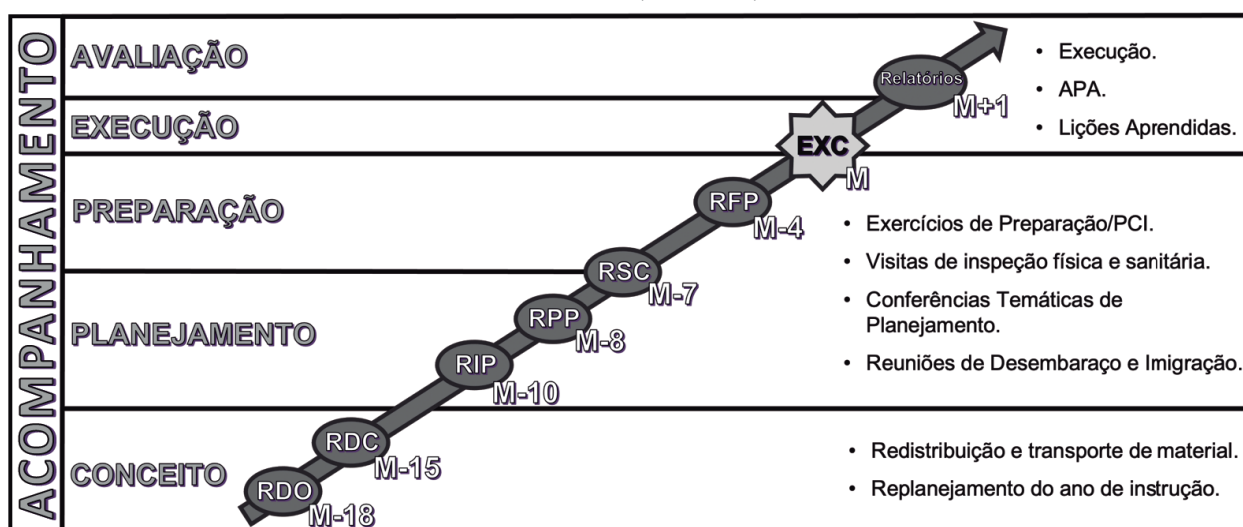
Preparação: com o planejamento consolidado, inicia-se a fase de preparação, destinada a garantir que todas as condições estejam reunidas para a execução do exercício. Nessa etapa, ocorrem o treinamento das tropas nas tarefas e objetivos de adestramento, a preparação das áreas e os ajustes finais da atividade. Preferencialmente, parte dessas ações deve começar ainda durante a fase anterior, de modo a otimizar prazos e recursos. As principais atividades incluem verificações sanitárias, ensaios operacionais, detalhamento de visitas, coordenação de apoios logísticos e administrativos e inspeções de segurança. A fase é marcada pela **Reunião Final de Planejamento (RFP)**, que revisa os últimos detalhes e confirma a prontidão dos meios. A condução da preparação das tropas, a preparação logística e de infraestrutura cabe ao Comando Militar de Área (C Mil A) responsável, com apoio dos Órgãos de Direção Setoriais (ODS) e do Órgão de Direção Operacional (ODOp).

Execução: corresponde ao desenvolvimento prático do exercício, voltado ao atingimento dos objetivos de adestramento estabelecidos para as tropas. Nessa fase, o planejamento é colocado em prática, sob coordenação do C Mil A e acompanhamento da **Equipe de Coordenação Central (ECC)**. As atividades podem envolver operações no terreno, simulações construtivas, virtuais ou combinadas, conforme o tipo de exercício.

Avaliação: é a fase posterior à execução, dedicada à análise dos resultados e à consolidação das lições aprendidas. São realizados estudos de Análises Pós-Ação (APA) e elaborados relatórios diversos, com o intuito de aperfeiçoar tanto o sistema de adestramento quanto o desempenho das tropas. Os dados e as observações obtidas são analisados, podendo ser inseridos na Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas (SADLA), constituindo o ponto de partida evoluções doutrinárias e para as melhorias no próximo ciclo de exercícios.

Por fim, o **Acompanhamento** é uma atividade transversal que ocorre de forma contínua ao longo de todas as fases do CPCAE. Consiste em uma análise permanente das atividades e dos produtos gerados, mantendo o contato entre os integrantes da EPO e garantindo a coerência entre as etapas. Essa função permite ajustar produtos anteriores, antecipar medidas corretivas e incorporar melhorias metodológicas ao próprio ciclo. O acompanhamento também é fundamental para adaptar o exercício a mudanças de contexto, como ajustes orçamentários, alteração de efetivos ou inclusão de novas organizações, evitando impactos negativos na execução. Essa atividade assegura a melhoria contínua do CPCAE, promovendo a retroalimentação entre os ciclos, consolidando o caráter dinâmico e evolutivo do método.

Fig 2 - Visão temporal (resumida) do CPCAE



Fonte: DAP/Ch Prep F Ter/COTER.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

A EPO constitui a estrutura central responsável pela condução das fases do CPCAE. Composta por elementos de diferentes escalões e organizações, a EPO atua de forma matricial, integrando representantes dos C Mil A, Centros de Adestramento (CA), Forças Especializadas, Órgãos de Direção Geral (ODG) e ODS e, quando aplicável, das demais Forças Singulares ou de nações parceiras em exercícios conjuntos e combinados. Essa composição plural garante a sinergia e a sincronização do processo de planejamento, permitindo que cada fase do ciclo seja conduzida de forma coordenada e com plena consciência das capacidades e restrições envolvidas.

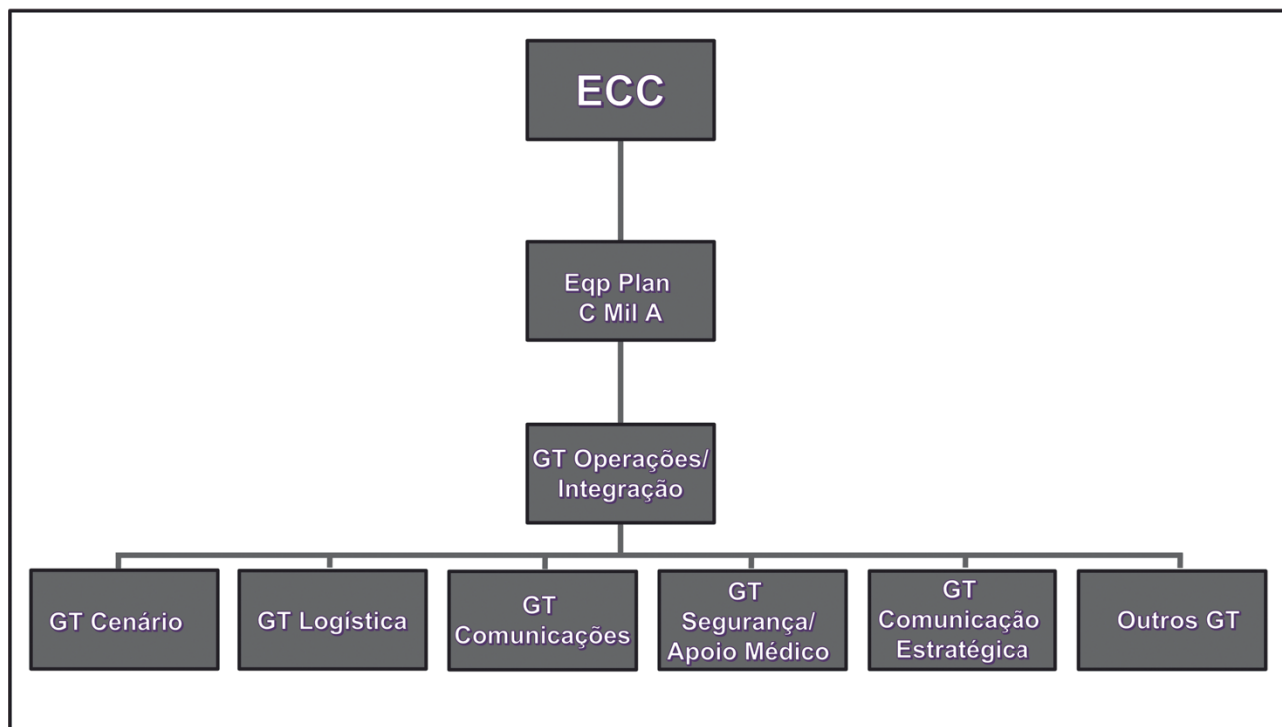
Sob a coordenação do ODOp, a EPO tem por missão desenvolver todas as fases do CPCAE, desde a formulação do conceito até a avaliação final, assegurando a integração entre os níveis estratégico, operacional e tático. Nos grandes exercícios conduzidos pelo COTER, a equipe inclui, além dos elementos do ODOp, oficiais de ligação dos ODG e ODS, representantes do C Mil A responsável e outros integrantes julgados

necessários para o planejamento. Para atividades de menor envergadura, a estrutura da EPO é ajustada conforme as características e as dimensões do exercício, preservando, contudo, o mesmo princípio de coordenação e sinergia.

Durante a RDC, é estabelecida a constituição completa da EPO, geralmente, até aquele momento, restrita ao núcleo operacional responsável pela definição do conceito, basicamente elementos da Equipe de Coordenação Central e da Equipe de Planejamento do Comando Militar de Área (Eq Plan C Mil A). Após essa etapa, a partir da fase de Planejamento, a equipe se expande, formando os GT temáticos, definidos da RDC, que passam a atuar sobre áreas específicas, como operações, logística, comunicações, saúde, segurança e comunicação estratégica, de acordo com as necessidades do exercício. Essa subdivisão funcional garante que todos os aspectos operacionais, administrativos e logísticos sejam planejados de forma sinérgica e sob coordenação única.

A EPO é composta, essencialmente, por três componentes estruturais: a ECC, a Eq Plan C Mil A e os GT.

Fig 3 - Equipe de Planejamento Operacional

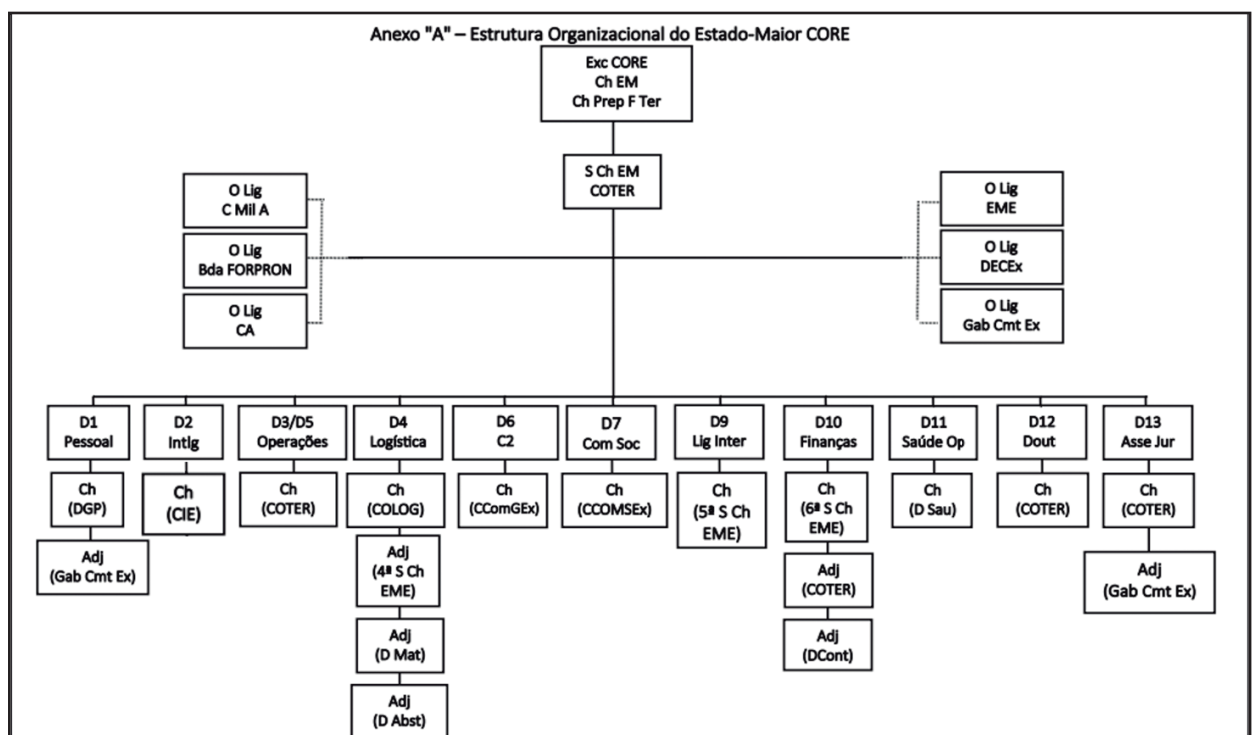


Fonte: DAP/Ch Prep F Ter/COTER.

A **ECC** é o núcleo coordenador da EPO, subordinada ao ODOp, ela atua como elo entre o mais alto nível de planejamento e os C Mil A, emitindo diretrizes, supervisionando os produtos e assegurando a integração entre as diversas áreas. A ECC é formada por oficiais designados pelo ODOp, além de oficiais de ligação dos ODG, ODS, C Mil A, CA, entre outros. No caso dos representantes dos C Mil A, esses oficiais cumprem papel essencial na articulação

entre a ECC e a equipe de planejamento local, facilitando a adaptação das diretrizes centrais à realidade do terreno e o retorno de informações ao nível superior. A ECC foi inspirada no Estado-Maior CORE, equipe designada para ser o órgão de planejamento central daquele ciclo de atividades. Dessa forma, com a criação do conceito da ECC, espera-se que uma equipe semelhante seja criada para atender aos demais grandes exercícios, como Atlas e Perseu.

Fig 4 - Equipe de Planejamento Operacional



Fonte: DAP/Ch Prep F Ter/COTER.

A **Eqp Plan C Mil A** é responsável pela condução direta do exercício em sua área e pela coordenação dos GT sob sua direção. Ela pode replicar, em escala regional, a estrutura de trabalho da ECC, favorecendo a integração entre os níveis e garantindo a continuidade das diretrizes. Cabe a essa equipe organizar e conduzir as reuniões do CPCAIE, coordenar os reconhecimentos e supervisionar os preparativos logísticos, operacionais e administrativos do exercício. A ECC, por sua vez, mantém a supervisão permanente, emitindo orientações e fornecendo apoio técnico e administrativo.

Os **GT** são o braço executivo da EPO. São células especializadas que tratam de

áreas funcionais específicas, assegurando a coerência técnica e a viabilidade do exercício. Esses GT, em geral, podem incluir elementos do ECC e da Eqp Plan C Mil A, complementados por especialistas de cada área. Entre os GT obrigatórios para grandes exercícios, destacam-se:

- o **GT Operações/Integração**, coordena os trabalhos dos demais grupos e consolida relatórios e apresentações;
- o **GT Cenário/Direção do Exercício (DIREx)**, encarregado de conceber o ambiente operacional e desenvolver a Matriz de Problemas Militares Simulados;

- o **GT Logística e Apoio Administrativo**, planeja e executa toda a sustentação de pessoal e material;
- o **GT Comunicações**, encarregado da infraestrutura de Comando e Controle (C²) e da interoperabilidade de sistemas;
- o **GT Segurança e Apoio Médico**, desenvolve planos de segurança, saúde e resposta a emergências; e
- o **GT Comunicação Estratégica**, responsável pela divulgação institucional e gestão de imagem.

Além desses, podem ser criados **GT temáticos adicionais**, conforme as necessidades do exercício, como os de **Cibernética, QBRN, Aviação, Simulação Construtiva, Tiro Real** ou **Intercâmbio Interagências**. Esses grupos complementares ampliam a capacidade técnica da EPO e permitem que o planejamento seja adaptado às peculiaridades de cada atividade de grande vulto.

É importante ressaltar que a constituição da EPO deve evitar a inclusão de militares que integrarão a Tropa Adestrada (TA) ou a Força Oponente (FOROP), a fim de preservar o realismo e a imparcialidade do processo de avaliação. O equilíbrio entre a representação técnica para o planejamento e a independência desses para com os executantes da atividade operacional é um dos pilares do método, garantindo que as decisões de planejamento sejam tomadas com visão sistêmica e sem interferência dos elementos diretamente avaliados.

Por fim, as atribuições específicas dos integrantes da EPO, bem como dos demais atores institucionais que participam do CPCAE, são descritas na Matriz RASCI.

MATRIZ RASCI

O acrônimo **RASCI** deriva das cinco funções básicas atribuídas aos participantes do ciclo: **Responsável (R), Aprovador (A), Suporte (S), Consultado (C)** e **Informado (I)**. O *Responsável* é aquele que

executa diretamente a atividade ou responde pela sua implementação; o *Aprovador* detém autoridade para validar a decisão; o *Suporte* provê os meios e insumos técnicos ou logísticos; o *Consultado* contribui com conhecimento especializado; e o *Informado* é mantido ciente do andamento ou dos resultados. Essa estrutura permite identificar de forma objetiva quem faz, quem decide, quem apoia e quem acompanha cada atividade do ciclo, evitando sobreposições e lacunas de atribuições.

A Matriz RASCI é, portanto, um dos instrumentos centrais de coordenação do CPCAE, concebida para definir com clareza os papéis e as responsabilidades dos diferentes atores institucionais envolvidos em cada fase do processo. Trata-se de uma ferramenta de gestão, que visa assegurar a fluidez na tomada de decisões, especialmente em atividades complexas e de caráter combinado ou conjunto.

No contexto do CPCAE, a Matriz RASCI tem aplicação transversal, abrangendo desde a definição dos objetivos de adestramento até a elaboração dos relatórios. Ela orienta as interações entre o ODOp, a ECC, os C Mil A, os GT, os ODG e os ODS e, quando aplicável, as Forças Amigas, nacionais ou estrangeiras. A matriz, portanto, funciona como um mapa de responsabilidades que estrutura o trabalho cooperativo entre diferentes níveis e instituições, consolidando a integração vertical e horizontal do planejamento.

Fig 5 - Exemplo de Matriz RASCI

Atividade / Produto	ODOp	ECC	C Mil A	GT	ODS/ODG	Força Amiga
Designação de Objetivos (RDO)	R	S	C/I	C	C	C
Reunião de Desenvolvimento do Conceito (RDC)	A	S	R	C	C	C
Definição do Escopo e Diretriz Inicial	A	S	R	C	C	C
Diretriz Específica do Exercício	R	S	C/I	S	S	C/I
Elaboração do Cenário do Exercício	C	S	R	R	C	C
Planejamento Logístico	C	S	R	R	S	S
Plano de Comunicações (C2)	C	S	R	R	S	S
Plano de Segurança / Apoio Médico	C	S	R	R	S	C
Coordenação da DIREx / Observadores	C	S	R	R	C	C
Planejamento Orçamentário e Financeiro	A	C	R	S	S	I
Organização das Reuniões (RIP, RPP, RSC, RFP)	C	S	R	R	I	I
Execução do Exercício	I	C	R	R	I	S
Condução da AAR e coleta de lições	C	S	R	R	S	C
Emissão de relatórios pós-exercício	C	S	R	R	S	C
Atualização doutrinária e retorno à força	R	S	S	S	S	I

Fonte: DAP/Ch Prep F Ter/COTER.

Cada exercício, em razão de suas particularidades, deve ajustar a matriz conforme sua complexidade, composição e escopo. Recomenda-se que sua primeira versão seja elaborada e validada durante ou logo após a RDC, refletindo os acordos iniciais de atribuições entre as partes. À medida que o exercício evolui, especialmente até a RPP, a Matriz RASCI pode ser revisada e consolidada, de modo a refletir a estrutura definitiva de responsabilidades antes do início da fase de preparação.

A aplicação da Matriz RASCI traz ganhos significativos à previsibilidade e ao controle do ciclo. Ao distribuir claramente as incumbências, evita redundâncias e assegura que cada decisão seja acompanhada de um responsável identificado e de apoiadores designados.

Por fim, é importante destacar que a Matriz RASCI não substitui as designações formais emitidas por meio de ordens e de diretrizes, mas as complementa. Sua função é servir como instrumento dinâmico de coordenação, que organiza e dá visibilidade às responsabilidades compartilhadas no âmbito do CPCAE.

METODOLOGIA DAS REUNIÕES

O CPCAE estrutura o planejamento em um encadeamento de reuniões formais, cada qual com propósito definido e produtos claros, que funcionam como marcos de passagem entre fases. Quando o exercício não possui objetivos previamente estabelecidos por documentos superiores, realiza-se a **Reunião de Designação de Objetivos**, de caráter eventual, para formular objetivos de adestramento claros e exequíveis com participação dos atores centrais do processo (ODOp, C Mil A e, quando aplicável, Ministério da Defesa, demais Forças e nações parceiras). A RDO entrega uma síntese de objetivos com justificativas, indicação preliminar de TA e minuta para aprovação superior, assegurando um ponto de partida sólido para o ciclo.

A **Reunião de Desenvolvimento do Conceito** é o marco da fase de Conceito e consolida os elementos estruturantes do exercício: escopo e tipo de atividade, cronograma inicial, área proposta,

composição inicial de TA e FOROP, criação da EPO e definição dos GT. Conduzida pelo C Mil A, com apoio técnico da ECC e orientação do ODOp, a RDC produz ata com marcos do ciclo (M-18 a M+2), diretrizes iniciais de operações, logística, C², segurança e simulação, estimativas orçamentárias e proposta preliminar de cenário. A partir dela inicia-se o planejamento propriamente dito.

A **Reunião Inicial de Planejamento** abre a fase de Planejamento e lança a produção estruturada dos planos setoriais. Participam todos os GT e representantes institucionais pertinentes para validar a linha do tempo, consolidar decisões da RDC, iniciar os planos de cenário, logística, comunicações, segurança, saúde, comunicação estratégica e estrutura da DIREx, além de delinear eventuais Acordos Técnicos quando houver composição combinada. O resultado é um relatório com cronograma atualizado da fase, estado de avanço por GT, diretrizes e pendências críticas que orientarão o caminho até a RPP.

A **Reunião Principal de Planejamento** é o momento de consolidação, finaliza e valida os produtos dos GT, confirma participantes e meios, aprova a configuração da DIREx, finaliza os Planos e fixa a linha de corte para alterações de grande impacto (*Good Idea Cutoff Line*).

A **Reunião de Sincronização do Cenário** é temática e encerra a modelagem do ambiente tático-operacional e dos eventos simulados. Nela se refinam a situação geral e as situações particulares, definem-se parâmetros do ambiente operacional simulado e, sobretudo, valida-se e detalha-se a Lista de Problemas Militares Simulados (PMS), integrando-a à linha do tempo e às capacidades previstas. A RSC entrega a PMS validada, a Matriz de Sincronização do Exercício e os ajustes necessários nos planos setoriais afetados, garantindo coerência entre cenário, objetivos e recursos.

A **Reunião Final de Planejamento** é a principal atividade da fase de Preparação e confere o pronto para a execução. Validam-se as versões finais dos planos setoriais,

ensaia-se a **Matriz de Sincronização**, preferencialmente com meios visuais, para materializar a coordenação da DIREx, confirmam-se listas de participantes e meios, aprovam-se protocolos e acordos, bem como consolidam-se medidas de mitigação de risco.

Fig 6 - Ensaio da Matriz de Sincronização na RFP do Exercício Guararapes 2025



Fonte: DAP/Ch Prep F Ter/COTER.

A condução metodológica dessas reuniões segue um padrão comum: agendas e materiais circulam com antecedência; representantes por GT são designados; a abertura cabe ao ODOp e ao C Mil A (e, se for o caso, às delegações estrangeiras); o trabalho se desenvolve majoritariamente em grupos, com reunião diária dos chefes de GT para sincronização e definição de próximos passos.

Fig 7 - Quadro de Trabalho de Reunião do CPCAE (Exemplo)

	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
0830-1200	APRESENTAÇÕES INICIAIS	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO RECONHECIMENTOS	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO	APRESENTAÇÃO BRIEFING FINAL
1200-1300	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	
1300-1630	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO RECONHECIMENTOS	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO RECONHECIMENTOS	PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO	
1630-1700	REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	BRIEFING PARCIAL	REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	
ASD			CONFRATERNIZAÇÃO		

Fonte: DAP/Ch Prep F Ter/COTER.

Sempre que possível, realizam-se reconhecimentos de área durante a própria reunião, de modo a retroalimentar planos e a simulação, se for o caso, antes do encerramento. Pode ser previsto um *briefing* parcial no meio do período para calibragem entre GT e um *briefing* final com detalhamento dos produtos, além de ata assinada, especialmente em exercícios combinados. Em eventos multinacionais, a programação

pode incluir momentos de coesão, como confraternizações e intercâmbio cultural, para fortalecer o trabalho integrado.

OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

Além das reuniões que estruturam o CPCAE, há um conjunto de atividades complementares que garante a coerência, a segurança e a viabilidade dos grandes exercícios. Essas ações sustentam o processo

de planejamento e execução, fornecendo base jurídica, orçamentária, logística e metodológica ao ciclo. Destacam-se a emissão da Diretriz Específica para Grandes Exercícios, as definições orçamentárias e acordos logísticos internacionais, a confecção dos Planos de Trabalho, as coordenações de desembarque alfandegário e imigração, os exames de risco sanitário, bem como os Exercícios de Preparação da Tropa Adestrada.

A emissão da **Diretriz Específica para Grandes Exercícios**, elaborada pelo COTER, é o principal instrumento de orientação do planejamento. Traduz intenções superiores em parâmetros concretos, define responsabilidades por escalão, estabelece marcos temporais e consolida linhas de esforço operacionais, logísticas e administrativas, servindo de base sólida para a definição do conceito da atividade. Nos exercícios conjuntos ou combinados, harmoniza os ciclos das forças participantes, fixa protocolos de segurança e comunicação, além de garantir a integração entre sistemas de C². Deve ser divulgada, preferencialmente, antes da Reunião de Desenvolvimento do Conceito, servindo como base para o trabalho da Equipe de Planejamento Operacional e dos Grupos de Trabalho.

As **definições orçamentárias** representam o ponto de partida financeiro do exercício. O COTER, em coordenação com o Estado-Maior do Exército (EME), estabelece os tetos iniciais de acordo com o planejamento orçamentário e os compromissos institucionais, especialmente em atividades combinadas. Essa definição orienta a EPO na formulação de propostas compatíveis com os recursos disponíveis por meio dos Planos de Trabalho. Durante o ciclo, eventuais ajustes podem ocorrer mediante autorização superior, sempre observando os princípios da legalidade e da economicidade.

No caso de exercícios com participação estrangeira, os **acordos logísticos internacionais** viabilizam o apoio mútuo entre as forças envolvidas. Esses instrumentos disciplinam a troca de bens e serviços; o transporte de pessoal e material; o fornecimento de suprimentos; a manutenção de equipamentos, bem como o apoio de saúde e a infraestrutura compartilhada. Devem ser formalizados, preferencialmente, ainda

na fase de Conceito, permitindo a previsão orçamentária e o planejamento antecipado das responsabilidades. Tais acordos fortalecem a interoperabilidade e consolidam a imagem do Exército Brasileiro como parceiro confiável em exercícios multinacionais.

Os **Planos de Trabalho** traduzem as necessidades logísticas e orçamentárias de cada organização militar envolvida. Elaborados em modelo padronizado, detalham itens, quantidades, finalidade, justificativa técnica e natureza da despesa. O C Mil A reúne as suas próprias demandas e as remetem ao COTER, que realiza a consolidação final das necessidades, incluindo elementos externos àquele Comando, e envia para que o EME elabore o Plano de Previsão Orçamentária (PPO). A qualidade e o detalhamento desses planos são determinantes para a correta alocação de recursos e para o êxito logístico do exercício.

As **reuniões de desembarque alfandegário e imigração** ocorrem na fase de preparação, asseguram a legalidade e a fluidez dos trâmites de entrada, além da saída de pessoal e material. Reúnem representantes da Receita Federal, Polícia Federal, órgãos sanitários, Ministério da Defesa e oficiais de ligação estrangeiros. Nessas reuniões são definidos os pontos de entrada no território nacional, inspeções, escoltas e fluxos documentais. Essas reuniões são fundamentais para que os participantes confeccionem as listas de carga e planejem os cronogramas resultantes, que orientam as operações de recepção e desmobilização.

Os **exames de risco alimentar e de água** são procedimentos sanitários obrigatórios em grandes exercícios, com destaque para os exercícios combinados. Conduzidos por especialistas, coordenados pelos GT de Logística e de Segurança e Apoio Médico, verificam a qualidade de gêneros alimentícios e fontes de abastecimento, garantindo a saúde da tropa. Os laudos técnicos, planos de inspeção e cadastros de fornecedores aprovados são divulgados aos participantes e funcionam como instrumentos de decisão sobre a utilização de recursos locais.

O **Exercício de Preparação de Comando e Estado-Maior (EPCEM)** tem caráter escolar e visa nivelar métodos de

trabalho, integrar seções de Estado-Maior e exercitar o Exame de Situação do Comandante Tático. Focado na produção padronizada de ordens e outros documentos operacionais, o EPCEM prepara o EM da Grande Unidade para o exercício principal. Em atividades combinadas, também serve para identificar lacunas de interoperabilidade e ajustar procedimentos conjuntos, resultando em uma Norma Geral de Ação de Planejamento e em um Relatório de Lições Aprendidas.

Por fim, os **Exercícios de Preparação da Tropa Adestrada** são a etapa prática que antecede a execução. Desenvolvidos de forma progressiva, dos níveis pelotão e subunidade ao de Grande Unidade, garantem que a tropa domine as táticas, técnicas e procedimentos antes do exercício principal. Ademais, permitem validar objetivos de adestramento, consolidar a coesão e corrigir deficiências identificadas nas APA. Em missões no exterior, esses exercícios reproduzem as condições operacionais e culturais do país anfitrião, reduzindo o tempo de adaptação e elevando o desempenho das tropas brasileiras.

Em conjunto com as reuniões de planejamento, essas atividades dão solidez, previsibilidade e coerência ao CPCAE, assegurando que o planejamento se traduza em execução eficiente e em aprendizado institucional para toda a F Ter.

“A fase de Avaliação transforma a experiência dos exercícios em conhecimento institucional, retroalimentando a doutrina, o preparo e os ciclos futuros, fortalecendo a evolução da F Ter.”

PRODUTOS PARA APRIMORAMENTO DO PREPARO, DA DOCTRINA E DOS PRÓXIMOS CICLOS DE EXERCÍCIOS

A Fase de Avaliação do CPCAE transcende o caráter conclusivo de um exercício e pode se converter em um instrumento de transformação institucional. Mais do que mensurar o desempenho da TA, ela visa produzir conhecimento aplicado, consolidar lições e retroalimentar o sistema de preparo e a doutrina da F Ter. Dessa forma, os relatórios finais e as análises realizadas após a condução do exercício tornam-se a base

de novos produtos que aprimoram tanto a dimensão prática do adestramento quanto a dimensão conceitual da Doutrina Militar Terrestre (DMT).

Entre os principais produtos voltados à evolução do preparo e da doutrina, destacam-se: a inclusão de novas modalidades de exercício no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, refletindo as demandas identificadas no terreno; a proposição de ajustes em Quadros de Organização e Quadros de Cargos, adequando efetivos e especializações às necessidades observadas; e a recomendação de aquisição de novos Meios de Emprego Militar, fundamentada nas lacunas de capacidade verificadas. Também são derivados desse processo a criação ou atualização de Projetos Estratégicos, a incorporação de conteúdos e de metodologias nos Estabelecimentos de Ensino, a modernização de infraestruturas de preparo e a elaboração ou revisão de Manuais de Campanha e Cadernos de Instrução. Por fim, essas análises contribuem para a evolução do Conceito Operacional do Exército, validando novas formas de emprego e integração das funções de combate.

É desejável que a articulação desses produtos seja coordenada pelo ODOp e pelos demais Órgãos de Direção Setorial, sob supervisão do EME, assegurando que cada exercício retroalimente o processo de transformação e modernização da Força Terrestre. Assim, a Fase de Avaliação pode atuar como o elo entre a execução e a evolução institucional, transformando experiências em instrumentos concretos de aprimoramento.

De igual modo, os produtos voltados ao novo ciclo de exercícios têm como finalidade ajustar o próprio CPCAE, garantindo sua melhoria contínua. A partir das análises críticas e das lições aprendidas, podem ser propostas alterações na estrutura e na cadência das reuniões, reordenação de fases, redefinição de escopos e prazos, bem como revisões nas estruturas da EPO, da DIREx e dos GT. A revisão das linhas de esforço, a adequação dos marcos temporais e a redistribuição de atividades entre fases fortalecem a coerência e a eficiência do ciclo.

Além disso, as avaliações possibilitam a reconfiguração da progressividade dos escalões adestrados, o ajuste do número de dias de determinadas fases e a revisão dos próprios objetivos de adestramento, garantindo sua aderência às realidades operacionais. Em exercícios conjuntos ou combinados, os resultados podem recomendar o aprimoramento da interoperabilidade, a ampliação de intercâmbios, a criação de novas reuniões bilaterais e a formalização de protocolos adicionais de coordenação.

Ao final do processo, a Fase de Avaliação pode gerar produtos tangíveis, como um relatório consolidado de propostas de ajustes ao CPCAE, uma diretriz preliminar para o próximo ciclo, um *checklist* de pendências críticas a serem sanadas antes da Fase de Conceito e uma proposta inicial de objetivos e parâmetros de adestramento para subsidiar a próxima Reunião de Desenvolvimento do Conceito.

Com isso, o ciclo se completa e se renova, pois o exercício concluído não representa o fim, mas o ponto de partida para um novo estágio de maturidade institucional, fortalecendo a evolução doutrinária e a capacidade de emprego da F Ter em consonância com os desafios contemporâneos.

APLICABILIDADE DO CPCAE NOS DEMAIS EXERCÍCIOS DA F TER

O CPCAE foi concebido como um modelo estruturante e escalonável, aplicável a toda a gama de atividades de preparo da F Ter. Embora tenha sido inicialmente desenvolvido para grandes exercícios operacionais, notadamente os de caráter conjunto ou combinado, sua lógica de fases, produtos e responsabilidades é suficientemente flexível para ser adaptada a diferentes níveis de complexidade e escalões de tropa. Dessa forma, o CPCAE não constitui um modelo restritivo, mas sim uma ferramenta integradora, capaz de uniformizar métodos e assegurar coerência entre planejamento, execução e avaliação.

Nos exercícios de menor envergadura, o ciclo pode ser simplificado, mantendo

apenas as etapas e os produtos essenciais à coordenação e ao atingimento dos objetivos de adestramento. É possível suprimir determinadas reuniões, reduzir o detalhamento de documentos e ajustar a composição das equipes de planejamento, sem comprometer a lógica central do processo. Essa adaptação permite que até atividades em nível subunidade ou unidade adotem a metodologia, beneficiando-se da padronização de procedimentos e do aumento da previsibilidade e da clareza nos resultados.

Já em exercícios de grande vulto, como os Exercícios CORE, Perseu, Atlas e outras atividades que envolvem múltiplas funções de combate, o CPCAE demonstra todo seu potencial como estrutura de governança operacional. Ele fornece um roteiro padronizado de fácil monitoramento, integrando áreas funcionais distintas e permitindo maior interoperabilidade entre comandos, CA e, quando aplicável, forças de nações amigas. O uso sistemático do ciclo nesses casos assegura consistência, rastreabilidade e sinergia entre planejamento tático, apoio logístico e coordenação interagência. O exemplo da aplicação praticamente completa do CPCAE no Exercício Conjunto Atlas, cuja execução alcançou pleno sucesso, além do aprendizado que foi sistematizado na fase de Avaliação da atividade, demonstra a importância dessa metodologia para a execução de eventos de grande vulto.

A adoção do CPCAE em toda a F Ter contribui também para a padronização de relatórios e produtos de lições aprendidas, fortalecendo a doutrina e o processo decisório em níveis superiores. Essa padronização gera uma linguagem comum de planejamento e execução, essencial para consolidar uma cultura institucional de preparo contínuo e interoperável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CPCAE consolida-se como um instrumento essencial à organização e à eficácia dos exercícios da F Ter, assegurando coerência metodológica e integração entre níveis de comando. Ao estruturar de forma lógica e progressiva o processo de planejamento,

Fig 8 - CPCAЕ do Exercício Conjunto ATLAS 2025

ANO DE INSTRUÇÃO - 2025																																																																																				
DIA DA SEMANA/MÊS	JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL							MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO							SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
SEGUNDA	30	6	13	20	27	3	10	17	24	31	7	14	21	28	5	12	19	26	2	9	16	H	30	7	14	21	28	4	11	18	25	1	8	15	22	29	6	13	20	27	3	10	17	24	1	8	15	22	29																																			
TERÇA	31	7	14	21	28	MD	B	18	25	A	MD	18	25	1	8	15	22	F	6	13	20	27	9	10	17	24	1	8	15	22	29	5	12	19	26	2	9	16	23	30	7	14	21	28	4	11	18	25	2	9	16	23	30																															
QUARTA	1	8	15	22	29	5	12	19	C	5	12	19	26	2	9	16	23	30	7	14	21	G	4	11	MD	(VC)	25	2	9	16	I	30	6	13	20	27	J	3	10	K	L	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31																													
QUINTA	2	9	16	23	30	6	13	MD	27	6	13	20	MD	(VC)	E	MD	(VC)	17	MD	(VC)	1	MD	15	MD	(VC)	29	MD	12	19	26	3	10	17	24	31	7	14	21	28	4	11	18	25	2	9	16	23	30	6	13	20	27	3																															
SEXTA	3	10	17	A	31	MD	14	21	28	7	D	21	28	4	11	18	25	2	9	16	23	30	6	13	20	27	4	11	18	25	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31	7	14	21	28	4	11	18	25	2	9																														
SÁBADO	4	11	18	25	1	8	15	22	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31	7	14	21	28	5	12	19	26	2	9	16	23	30	6	13	20	27	4	11	18	25	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3																															
DOMINGO	5	12	19	26	2	9	16	23	2	9	16	23	30	6	13	20	27	4	11	18	25	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31	7	14	21	28	4	11	18	25	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3																															
SEMANA DE INSTRUÇÃO	-8	-7	-6	-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44																															
A, B e C - 1ª, 2ª e 3ª Reu Atltz/Coor (VC)																																																																																				
MD - Reu Coor com o Ministério da Defesa (Presencial ou VC)																																																																																				
D - 4ª Reu Atltz/Coor e de Definição de Objetivos (VC)																																																																																				
E - 5ª Reu Atltz/Coor (Prep para a Reu INICIAL de Plj - VC)																																																																																				
F - 6ª Reu Atltz/Coor (Prep para a Reu PRINCIPAL de Plj/Rec - VC)																																																																																				
G - 7ª Reu Atltz/Coor (Prep para a Reu Dsv de Cenário - VC)																																																																																				
H - 8ª Reu Atltz/Coor (Reu Final de Coor da Atividade na ESD - VC)																																																																																				
I - 9ª Reu Atltz/Coor (Reu Final de Coor da Sml Construtiva - VC)																																																																																				
J - 10ª Reu Atltz/Coor (Prep para a Reunião FINAL de Plj - VC)																																																																																				
K - 11ª Reu Atltz/Coor (Reu de Coor da Simulação Viva - VC)																																																																																				
L - 12ª Reu Atltz/Coor (Reu Final de Coor da Simulação Viva - VC)																																																																																				
Reu Atltz/Coor e de Definição de Objetivos (VC)																																																																																				
Reunio de Desenvolvimento do Conselho (VC)																																																																																				
Reunio INICIAL de Planejamento (VC)																																																																																				
Reunio PRINCIPAL de Planejamento/Reconhecimento (CRA)																																																																																				
Reconhecimento Complementar (M&T Sol)																																																																																				
Reunio de Desenvolvimento de Cenário																																																																																				
K - Níveis Estratégicos - C-Doat Es (DO JRN e 5 JUL 25) e Coordenação do Planejamento do Documento Estratégico das Forças Componentes e dos Meios e Coordenação das Ações Tácticas (ESD)																																																																																				
Simulação Construtiva																																																																																				
Reunio FINAL de Planejamento																																																																																				
Abertura das Estratégias C/MD para Acompanhamento do Documento Estratégico Execução das Ações Tácticas (Simulação Viva e Certificação das Forças Especializadas de Emprego Estratégico e dos Módulos de Apoio - SEPRON)																																																																																				

Fonte: COTER - Diretrizes de Planejamento e Execução do Exercício Conjunto ATLAS (2025).

execução e avaliação, o CPCAE garante que cada exercício seja mais do que um evento pontual, mas que seja um vetor de aprimoramento institucional e de transformação permanente da Força.

Cada fase do ciclo desempenha papel indispensável: o Planejamento estabelece as bases conceituais e define responsabilidades; a Preparação consolida as condições materiais e intelectuais necessárias; a Execução valida doutrinas, procedimentos e capacidades; a Avaliação converte a experiência em conhecimento institucional; e o Acompanhamento assegura a retroalimentação contínua e o aperfeiçoamento do método. Juntas, essas etapas formam um processo dinâmico e cumulativo, que confere previsibilidade e eficiência ao ciclo.

No contexto conjunto e combinado, o CPCA-E amplia ainda mais sua relevância, ao fornecer uma linguagem comum de interoperabilidade capaz de harmonizar processos, integrar forças e fortalecer a cooperação com nações parceiras. Essa característica torna o ciclo não apenas uma metodologia nacional, mas um referencial internacional de coordenação operacional, alinhado às melhores práticas adotadas por exércitos modernos.

Sua aplicação prática no Exercício Conjunto Atlas demonstrou de forma concreta a eficácia do método. A utilização das fases e produtos do CPCAE permitiu integrar escalões, otimizar o emprego de recursos e consolidar uma direção do exercício coordenada. A clareza de responsabilidades, a previsibilidade dos marcos e a padronização dos produtos contribuíram para o êxito da atividade, evidenciando que o ciclo, quando corretamente aplicado, potencializa o desempenho institucional e a qualidade do adestramento.

Conclui-se, portanto, que a adoção sistemática do CPCAÉ é uma condição indispensável para a eficiência do preparo da F Ter diante dos desafios do ambiente operacional contemporâneo. O ciclo representa uma oportunidade de aumento no aproveitamento de atividades de grande envergadura para o real aprimoramento da DMT, fruto de um planejamento bem executado e de uma avaliação padronizada e com clareza de propósitos. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de apoio na transformação da Força Terrestre, potencializando sua correta condução e direcionamento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. Diretriz Específica para Preparação e Execução do Exercício Conjunto ATLAS 2025. Brasília, DF: COTER, 2025. Disponível em: Acesso em:
- BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 310-EME, de 22 de janeiro de 2021 –Aprova a Diretriz para o Exercício CORE.** Brasília, DF: EME, 2021. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_310_eme_22jan2021.html. Acesso em: 12 nov. 2025.
- DA SILVA, Mateus Fernandes Brum. Joint Event Life Cycle – Método de Planejamento de Exercícios do Exército Norte-Americano. **Revista Doutrina Militar Terrestre.** V .13. n. 42, p.33, Jul. 2025. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/view/13609/10818>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- UNITED STATES. **Joint Training Manual For The Armed Forces Of The United States:** CJCSM 3500.03E. Washington, DC: Chairman Of The Joint Staff, 2015.

SOBRE O AUTOR

O Tenente-Coronel de Cavalaria MATEUS FERNANDES BRUM DA SILVA é Adjunto da Divisão de Adestramento e Prontidão da Chefia de Preparo da Força Terrestre do COTER. Foi declarado Aspirante a Oficial, em 2004, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no ano de 2014, e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no biênio 2019-2020. Participou de todas as rotações do Exercício CORE, até a presente data. Como Oficial de Planejamento da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), foi o Oficial de Ligação da Brigada junto ao Comando de Operações Terrestres, auxiliando no planejamento do Exercício CORE 21 e CORE 22, participando de grande parte das reuniões previstas no JELC. Nos Exercícios CORE 23 e CORE 24, já no COTER, atuou como D5 (Operações Futuras), dando continuidade na sua participação nos planejamentos. Fruto de sua experiência na metodologia de planejamento de exercícios, foi designado para participar do *Exercise Planning Process Course*, ministrado pelo Departamento de Treinamento e Cooperação Militar do Canadá, em fevereiro/março de 2024, sendo, também, designado para observar o ciclo de planejamento (JELC) do Exercício DEFENDER 25, um dos maiores Exercícios da OTAN no continente europeu. (brum.mateus@eb.mil.br).